



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

3/11

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do Exercício	(12.480)	(133.435)	(12.480)	(133.435)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	44	44	44	44
Baixa de investimento	-	42.466	-	42.466
Redução ao valor recuperável	251.690	206.862	251.574	208.999
Resultado de ajustes a valor justo	(286.718)	(119.066)	(286.718)	(119.066)
Reclassificação de AVJ por meio do resultado	-	(21.693)	-	(21.693)
Resultado de equivalência patrimonial	11	3.215	-	(1.015)
Provisão para perdas em participações societárias	12	7.030	7.030	-
Custo de transação a amortizar	19	563	563	1.109
Varição monetária líquida	68.690	94.395	68.690	94.395
	30.736	73.897	28.703	71.804
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto jscp e dividendos)	7	1.095	(2.389)	(84.119)
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	7.a	20.285	(9.699)	20.285
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	9	2.341	(3.193)	2.381
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	6	49.333	(59.071)	49.333
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	10	10	(55)	101
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo		13	(28)	714
Aumento/(Diminuição) de fornecedores		(26)	91	(717)
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais		54	133	63
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher		(2.589)	1.121	(2.323)
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	14	(1.509)	20.225	144
Recebimentos de créditos autônomos	7	115.197	121.801	115.197
Juros pagos sobre debêntures subordinada	13	(76.864)	(8.104)	(76.864)
Juros pagos sobre debêntures 3ª emissão	13	(1.516)	(9.013)	(1.516)
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	13	(103.791)	(68.848)	(103.791)
Amortizações de debêntures 3ª emissão	13	(28.630)	(49.612)	(28.630)
Caixa gerado nas atividades operacionais	4.139	7.256	(81.039)	(206.703)
Aquisições imobilizado/intangível		(1)	(32)	(1)
Aquisição de investimento		(23.453)	(17.992)	(23.453)
Aumento de capital em controlada/coligada		(86.060)	(213.094)	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(109.514)	(231.118)	(23.454)	(18.024)
Integralização de capital	17	106.169	103.257	106.169
Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios	17	-	(101.000)	-
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento	106.169	2.257	106.169	2.258
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	794	(221.605)	1.676	(222.469)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7.961	7.167	8.983	7.307
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.167	228.772	7.307	229.776
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	794	(221.605)	1.676	(222.469)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Receitas de serviços	1.656	1.934	2.270	2.975
Receitas de recuperação de créditos	3.542	4.985	3.542	4.985
Receitas de atualização de crédito	98.761	128.634	98.761	128.634
Outras receitas	733	390	830	394
Receitas	104.692	135.943	105.403	136.988
Custos dos produtos e serviços vendidos	-	-	(745)	(1.549)
Custos processuais	(256)	(290)	(256)	(290)
Serviços tomados de terceiros	(1.512)	(1.005)	(1.719)	(1.150)
Despesas administrativas	(1.794)	(3.381)	(2.683)	(4.160)
Provisão para perdas de investimentos	(7.030)	(49.920)	(7.030)	-
Perda/Recuperação de valores ativos	(251.690)	(206.862)	(251.574)	(208.999)
Insumos adquiridos de terceiros	(262.282)	(261.458)	(264.007)	(216.148)
Valor adicionado bruto	(157.590)	(125.515)	(158.604)	(79.160)
Depreciação e amortização	(44)	(44)	(44)	(44)
Valor adicionado líquido	(157.634)	(125.559)	(158.648)	(79.204)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.917)	(3.215)	-	1.015
Resultado de ajustes a valor justo	286.718	140.759	286.718	90.839
Receitas de participações acionárias	23.102	58.581	23.102	58.581
Receitas financeiras	22.642	42.495	22.860	42.816
Valor adicionado total a distribuir	172.911	113.061	174.032	114.047
Remuneração direta	4.830	4.466	4.830	4.466
Benefícios	783	724	783	724
FGTS	361	304	361	304
Pessoal	5.974	5.494	5.974	5.494
Remuneração direta	1.676	1.660	2.506	2.332
FGTS	99	133	132	154
Diretoria e conselhos	1.775	1.793	2.638	2.486
Federais	8.352	12.259	8.601	12.549
Estaduais	-	-	-	-
Municipais	110	154	118	157
Impostos, taxas e contribuições	8.462	12.413	8.719	12.706
Aluguéis	40	40	40	40
Obrigação por repasse	979	2.217	979	2.217
Despesas financeiras	147	401	148	401
Juros	167.451	223.029	167.451	223.029
Custo de transação de debêntures	563	1.109	563	1.109
Remuneração de capitais de terceiros	169.180	226.796	169.181	226.796
Resultado do exercício	(12.480)	(133.435)	(12.480)	(133.435)
Remuneração de capitais próprios	(12.480)	(133.435)	(12.480)	(133.435)
Distribuição do valor adicionado	172.911	113.061	174.032	114.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(em milhares de reais)

I. Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia") é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais ("EMG"), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais ("SEF").

Os principais objetivos da Companhia são:

- Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante;
 - Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
 - Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
 - Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Contexto operacional da subsidiária integral

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios e de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 31 de dezembro de 2017.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais ("Minascaixa") e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais ("Bemge") e Banco de Crédito Real de Minas Gerais ("Credireal").

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios ("créditos em liquidação"), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as receitas provenientes da recuperação de créditos totaliza R\$3.542 e R\$4.985, respectivamente (veja nota 18).

Conforme autorizado pela Lei Estadual n.º 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes ("Contribuintes"), objeto de parcelamentos administrativos ("Parcelamentos") referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS

("Créditos Tributários"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG ("Direitos de Crédito Autônomos" - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$630.579, em 31 de dezembro de 2017, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência. (veja nota 7.c)

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 ("Debêntures Subordinadas"), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples ("Debêntures Seniores"), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000 (vide nota 13), cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela alienação fiduciária de 1.286.922 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 80.624.435 ações CMIG4s (vide nota 12.a.1), e pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em coligada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com o CPC / IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 - Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 - Opções flexíveis de ações
- Nota 12 - Outros investimentos
- Nota 13 - Debêntures
- Nota 14 - Obrigações por repasse

e. Reapresentação de valores correspondentes

As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades desenvolvam políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de suas demonstrações contábeis e que essas políticas sejam aplicadas de forma consistente e comparativas durante todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis para efeito de comparabilidade.

Assim, em atendimento ao CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, a Companhia efetuou retrospectivamente a reclassificação das movimentações das debêntures do grupo de atividades de financiamento para o grupo de atividades operacionais, como forma de garantir a comparabilidade das informações apresentadas na demonstração do fluxo de caixa individual e consolidado: